

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira,  
Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados,**

Gostaria, no fim deste debate, de fazer algumas breves considerações quanto à Conta da Região de 2013.

Em primeiro lugar, cumpre registar que, de forma nitidamente positiva, o Tribunal de Contas reconhece o acatamento da maioria das suas recomendações, o que revela bem o empenhamento realizado de forma contínua pelos vários serviços e entidades abrangidas por esta Conta.

E ainda que o relatório do Tribunal de Contas saliente que há procedimentos que devem ser retificados, a verdade é que também destaca as melhorias e evoluções, apontando claramente para a resposta a alguns dos problemas que tem vindo a colocar em anos anteriores.

Obviamente que existem questões levantadas por aquele órgão, que se prendem, nalguns casos, com diferentes interpretações técnicas, que merecem a nossa análise e ponderação.

Importa ainda referir que algumas questões que o Tribunal de Contas levanta em relação ao exercício de 2013 foram tidas já em consideração nos exercícios orçamentais subsequentes, pelo que acreditamos que os próximos relatórios deverão debruçar-se ainda mais sobre a execução financeira e não tanto sobre as recomendações da entidade fiscalizadora.

De facto, a vontade do Governo é que a conta de 2014, que será aprovada esta semana em Conselho do Governo, inclua a totalidade da informação que o Tribunal de Contas considera necessária e útil, de forma clara e transparente, como não poderia deixar de ser.

Acataremos as recomendações que consideramos pertinentes, para que nos próximos debates sobre as Contas da Região possamos continuar a dar a esta Assembleia e aos madeirenses em geral, a informação que o rigor das contas públicas impõe.

**Senhor Presidente,**

**Senhoras e Senhores deputados,**

Neste contexto de discussão da conta, não posso também deixar de lembrar os resultados da execução orçamental, na medida em que os mesmos demonstram que estamos na direção certa para a necessária consolidação das finanças públicas.

A opção por uma política de rigor orçamental e de transparência é um processo contínuo e sem retrocesso.

E é com uma atitude responsável, de rigor e de verdade das contas públicas, que continuamos a preparar o futuro e que levará, com toda a certeza, a prazo, à redução da carga fiscal, que se iniciará já em 2016, com o desagravamento do IRS para os escalões mais baixos.

*“A política orçamental seguida em 2013 refletiu os compromissos a que o Governo Regional da Madeira se vinculou, perante a República Portuguesa, no PAEF-RAM, assumindo as medidas de consolidação orçamental previstas naquele Programa e na Lei do Orçamento do Estado, designadamente, a redução da despesa pública, o aumento da receita e o não crescimento do endividamento, tendo em vista corrigir o desequilíbrio da situação financeira regional”*, lê-se no relatório do Tribunal de Contas.

Não obstante a dureza do programa de ajustamento económico e financeiro, a Região começou a apresentar, já a partir de 2013, um bom desempenho financeiro, que se traduziu numa redução da dívida global naquele ano, num montante superior a 200 milhões de euros, considerando todo o

É importante sublinhar este facto, não só porque constitui um marco na estratégia adotada mas também, e sobretudo, pelo que representa para a economia regional, para a Madeira e para os madeirenses e porto-santenses, na medida em que foram lançados os alicerces para o futuro.

É também importante referir que cerca de 14% da receita fiscal de 2013 – no valor de 123 milhões de euros – tem origem em entidades do Centro Internacional de Negócios, não constituindo, por isso mesmo, um esforço que tenha sido exigido aos contribuintes da Região. E não fosse o atentado ao Centro, perpetrado pelo governo socialista em 2010 e a austeridade sobre os madeirenses poderia ter sido muito menor.

É verdade que mais importante do que os resultados financeiros ou orçamentais são os resultados económicos e sociais, mas também não é menos verdade que é quase impossível melhorar a qualidade de vida das pessoas se não conseguirmos financiar adequadamente as necessárias políticas públicas.

O superávit orçamental de 80 milhões de euros de 2013 permitiu antecipar pagamentos de dívida comercial já em 2014, e regularizar responsabilidades a fornecedores, com destaque para o setor da saúde.

Em 2013, a dívida não financeira da Região foi reduzida em mais de 1.000 milhões de euros e os pagamentos em atraso num valor superior a 600 milhões de euros.

Esta consolidação tem permitido repor a nossa reputação e a nossa credibilidade perante os agentes económicos, essencial para a dinamização da economia e para a criação de empregos, mas também para o aprofundamento da nossa autonomia financeira e política.

São estes resultados que devolvem a esperança de dias melhores aos madeirenses e portosantenses.

São também estes resultados que nos permitem encarar com relativo otimismo o refinanciamento dos empréstimos que se vencem em 2016, sem aval do Estado.

Contudo, a atual situação da Grécia pode levar a que a Região tenha de rever esta estratégia, podendo ser necessário, inclusive, solicitar o aval do Estado.

**Senhor Presidente,**

**Senhoras e senhores deputados,**

A Conta da Região de 2013 assenta no princípio da transparência e do rigor das contas públicas, evidenciando ainda o aumento do grau de responsabilização política relativamente à realização de despesas públicas.

Desta forma, no encerramento deste debate, não poderia deixar de sublinhar os progressos obtidos, que revelam que a Região está a prosseguir positivamente para o regresso à normalidade da sua situação económica e financeira.

Concluo, reiterando o propósito e o compromisso do Governo Regional de continuar o processo de melhoria no que diz respeito à prestação de contas e à transparência dessas mesmas contas em termos de qualidade da informação, da periodicidade e da abrangência, para que a Conta seja o retrato fiel da situação financeira e patrimonial da nossa Região, que se espera que melhore ano após ano.

Muito obrigado.

O Secretário Regional das Finanças e da Administração Pública, 30 de Junho de 2015